

Turismo X Submissão: as falas neutras de interesse do capital

JOÃO DOS SANTOS FILHO*

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de sermos levados a aceitar, absolutamente sem questionamento, um determinado conjunto de valores a que se poderia opor uma perspectiva alternativa muito bem fundamentada, juntamente com as consequências práticas que nele se encontram mais ou menos implícitas (MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*, p. 13-14).

O que acontece quando usamos da visão de senso-comum para fazer a leitura da realidade que nos cerca? Compreendemos a vida segundo o prisma do interesse do capital, estreitando a compreensão histórica e crítica do mundo e entendendo a relação humana como uma simples relação mercadológica. A ditadura e a referência apologista dos números são efetivas e implacáveis nesse pensamento, porque produzem pesquisas duvidosas, metodologias que não são explicitadas, cálculos incorretos e falsas hipóteses são aceitas como verdadeiras, um ufanismo aos dados empíricos cujo objetivo é demonstrar a todo custo o crescimento no campo do turismo. Esse culto a um

pragmatismo vulgar, enxerga o fenômeno do turismo como simples mercadoria, cuja intenção é contabilizar a entrada de divisas e desenvolver atividades que venham a aumentar a permanência do turista no território nacional. Não há nenhum interesse em saber qual foi o impacto que esse turista trouxe à comunidade e a população local, o que se busca é contabilizar a quantificação dos números pela entrada de capital.

O entendimento do fenômeno turístico no Brasil resvalou para o caminho da via do conceito salvatério, pois o turismo seria o instrumento de salvação para a crise econômica do Estado. O poder que o sistema econômico capitalista e socialista dão a essa atividade no que se refere a investimentos e preparação da mão de obra demonstra bem, que o mesmo é encarado como um processo emulador para os outros setores do desenvolvimento econômico.

Iniciando com Getúlio Vargas com seu Estado Novo a Divisão de Imprensa e Propaganda (DIP) se encarregava de fazer a divulgação das belezas do Brasil para o mundo, idolatrando a imagem de um ditador preocupado com a classe trabalhadora. O referido órgão possuía



* **JOÃO DOS SANTOS FILHO** é Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO) e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Mestre em Educação pela PUC/SP.

uma estrutura que contemplava os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Seu objetivo era coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa desenvolvendo uma rígida censura no que se refere à imagem permitida para divulgar o Brasil no exterior.

Com JK, o panorama do turismo como atividade, visualizou-se na lógica do desenvolvimento, foi usada para a divulgação da mais nova capital criada no mundo, criando uma estrutura responsável para o desenvolvimento do turismo no interior do governo federal com apoio da revista Manchete de Adolfo Bloch.

Com a ditadura militar o Estado cria a Embratur em 1966, com o objetivo de organizar o turismo no Brasil e combater a propaganda negativa. Sendo que seu primeiro*que havia no exterior sobre o governo militar presidente Joaquim Xavier da Silveira não media esforços e discursos para exaltar os nobres interesses do golpe militar para com o turismo:

Ficou, assim, assentado a ideia de que ao turismo deveria ser dado um tratamento preferencial, um status de indústria de interesse nacional. A primeira tarefa seria a criação de instrumento capaz de iniciar uma política em âmbito nacional. [...]. Sem dúvida, um ato de governo da maior importância, pois trazia em seu contexto definições e proposições ainda inéditas com criação da primeira empresa pública no País. O turismo passava a ser considerado indústria básica constituindo atividade de interesse nacional.

Nesse período, o turismo receptivo foi elemento principal da política nacional de turismo e permitiu o nascimento de um nacionalismo xenofóbico ao

pensamento crítico de esquerda embalado pela guerra fria. A exaltação ao turismo se faz por meio da vergonhosa campanha que foi por três décadas carro chefe da Embratur expondo eroticamente a imagem da mulher brasileira, como propaganda para atrair dólares e carimbar na mídia internacional o Brasil como rota do turismo sexual.

Hoje, parece incrível, no governo Lula a prática de entender o turismo pelo viés economicista é hegemônico, está refletido em seu Plano Nacional de Turismo 2003 a 2007, principalmente pela ação que cabe a Embratur. Na verdade, há uma ênfase total no turismo receptivo para estrangeiros e uma quase negação para a formatação de políticas públicas voltadas ao turismo interno. O pior é que temos que ouvir pronunciamentos duvidosos, em que se defende a não necessidade do visto aos turistas estrangeiros, pois isso aumentaria em um bilhão de dólares o ingresso de divisas para o Estado brasileiro, como foi defendido pelas autoridades que foram ao congresso nacional, segundo imprensa. Pergunta-se onde estão essas pesquisas? Quem as elaborou? Qual é sua metodologia? Onde estão publicadas?

Os presidentes da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, João Luiz dos Santos Moreira, e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, ABIH, Eraldo Alves da Cruz, se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo para pedir seu apoio na tramitação do Projeto de Lei 2430/03, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE), que acaba com a exigência de visto para cidadãos norte-americanos que visitam o Brasil. A proposta está parada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e sua aprovação, um pleito de

toda a indústria turística nacional, que eles representaram, se aprovada, significa a entrada de mais de 1 milhão de novos turistas no Brasil.

Em primeiro lugar, a questão da não necessidade do visto de entrada em um Estado no caso o Brasil, não pode ser analisada a luz do interesse puramente econômico, como que essa medida não fosse ligada a um conjunto de questões de política internacional e de segurança nacional e da própria geopolítica internacional. Portanto, esse assunto deve ser estudado pelo conjunto do Estado. E não por interesses meramente empresarias de entender a hospitalidade como sinônimo de 100% de ocupação hoteleira e nem acreditar na mentira que a inexistência do passaporte aumentaria o fluxo de turistas para o Brasil. Mas pensar que essa discussão, não pode se esgotar em argumentos do pensamento irracionalista da mercadoria e do capital. Fazer campanha contra a não necessidade de passaporte para os estrangeiros que nos visitam e planificar um discurso contra a reciprocidade é desconhecer as questões que envolvem a base da hospitalidade do fenômeno turístico. Colocando as questões de segurança nacional e de relações diplomáticas internacionais do Estado brasileiro como coisas secundárias e subordinadas aos interesses mercadológicos da globalização na lógica do enfraquecimento dos Estados nacionais latino-americanos.

Desculpem-nos os guardiões do capital despatriado e defensores dos interesses transnacionais, a lógica da liberação do passaporte defendida por vocês, não é para aumentar a entrada do número de turistas, mas sim, facilitar a circulação da mercadoria o \$ turista \$. O que parece ser mais grave é querer descarregar no estrangeiro uma sociabilidade de uma hospitalidade interessada somente nos

seus dólares e praticar a eutanásia para um Plano Nacional de Turismo que se encontra atualmente na UTI.

Podemos garantir a vocês que essa discussão não é ideológica, apesar de entender que toda relação humana é teleologicamente produzida dentro de uma ideologia, assim, não nos acusem de comunistas, esquerdistas e xiitas ou por pertencer a esse ou aquele partido político. Esse discurso está velho, enfraquecido e pertenceu à fala da ditadura militar e, portanto, é desprovido de bases racionais.

Acreditamos, que milhares de brasileiros que se aventuraram a enfrentar a batalha para conseguir o visto diplomático nas chancelarias dos Estados Unidos sofreram algum tipo de constrangimento. O pior é que o controle dos vistos por parte dos norte-americanos não está restrito somente ao seu país, mas a todos os outros países que os americanos mantêm domínio político, econômico e cultural ou aqueles que os yanques tem como inimigo.

Em 1988 a Universidade Estadual de Maringá organizou uma visita à Universidade de Havana, para a assinatura de um amplo convênio de cooperação técnica e científica. Com a presença do reitor e vinte e quatro professores de todos os campos do conhecimento trabalhado pela UEM, estivemos em Cuba durante quinze dias em visita oficial.

Partimos da cidade de Maringá para o aeroporto de Cumbica em São Paulo com destino a Cuba com escala no Panamá e passamos duas semanas visitando centros de educação e de medicina cubanos e formatando junto às autoridades da Universidade de Havana um convênio de cooperação.

No retorno de Cuba com escala no Panamá fomos alvo de imenso constrangimento por parte dos fiscais e policiais daquele aeroporto, que nos separaram dos outros passageiros, tomando nossos passaportes para xerocopiá-los, nos colocando em uma sala (cárcere privado) durante duas horas e fotografando todos os professores.

Depois de protestarmos e ameaçar contatar a chancelaria brasileira no Panamá e discutirmos por longo tempo que isso era obra da CIA americana, na

qual os policiais reafirmaram nossas suspeitas. Nos sentimos, impotentes, humilhados e percebemos nossa fragilidade diante dos nossos próprios destinos e a dominação do Estados Unidos no mundo. Por isso, leitor não podemos deixar que essa proposta de eliminação dos vistos para os estrangeiros ganhe corpo e seja aprovada, pois assim estaríamos enfraquecendo o Estado brasileiro, abrindo a retaguarda de nossa soberania e internacionalizando nossa cidadania.